

A SOLIDIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL DA ENGENHARIA

JOSÉ AMARO BARCELOS LIMA

Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho

Mestre em Sistemas de Gestão

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro – CREA/RJ

Niterói - RJ

Tv. Fani, nº 11/101

jl69.lima@gmail.com

Apresentado no

Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC' 2015

15 a 18 de setembro de 2015 - Fortaleza-CE, Brasil.

RESUMO

A valorização da Engenharia e, por consequência, do profissional Engenheiro, é um resultado que se alcança com a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e, além disto, na aceitação e na prática de tudo aquilo que é preconizado nos princípios da Ética Profissional. Por ser a Ética um fator intrínseco à vida humana, sua presença na formação das pessoas é de fundamental importância, ao definir requisitos para as condutas que devem ser assumidas por cada um e, no aspecto profissional, evidenciar o conjunto de atitudes que se deve adotar no desempenho da profissão. A Engenharia e a Agronomia são profissões caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano, através de ações técnicas específicas. A preocupação com o estudo filosófico da Ética data de tempos remotos, e os primeiros passos dessas análises foram provavelmente empreendidos pelos filósofos da Grécia Antiga. Atualmente seus estudos transcendem o campo filosófico e se estendem ao domínio de sociólogos, psicólogos, biólogos, e muitos outros estudiosos. Desta forma o exercício da profissão deve voltar-se primordialmente para a resolução dos interesses humanos, ainda que, em determinadas circunstâncias, competitivamente.

Palavras-chave: Ética, Moral, Valorização, Sociedade e Razão.

THE SOLIDIFICATION OF ETHICAL PRINCIPLES IN ENGINEERING PROFESSIONAL CONSTRUCTION

ABSTRACT

The appreciation of Engineering and, consequently, the professional engineer, is a result that is achieved with the acquisition of technical and scientific knowledge and, in addition, acceptance and practice of all that is advocated the principles of Professional Ethics. Being the Ethics intrinsic factor to human life, its presence in training people is a fundamental importance, in defining requirements for the conduct that should be assumed by each and, in the professional aspect, highlighting the set of attitudes that must take the performance of the profession. The Engineering and Agronomy professions are characterized by the achievements of social and human interest, through specific technical actions. Concern for the philosophical study of Ethics date ancient times, and the first steps of these analyzes were probably made by the philosophers of ancient Greece. Currently his studies beyond the philosophical field and extend the domain of sociologists, psychologists, biologists, and many other scholars. Thus the profession must turn primarily to the resolution of human interests, although in certain circumstances, competitively.

Keywords: Ethics, Moral, Enhancement, Society and Reason.

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade exige posturas individuais e coletivas moralmente responsáveis, além de um grande esforço no sentido de pautar a conduta profissional dentro de um padrão ético que satisfaça, minimamente, às exigências de decência e dignidade nas relações estabelecidas entre profissionais e destes com seus clientes. Dessa forma há necessidade de se reestruturar, de forma urgente, os processos de transmissão para crianças e jovens, de valores e comportamentos sociais que possibilitem uma formação digna e coerente, pautada em ações altruístas contribuindo para o surgimento de uma nova ética social que seja capaz de conciliar direitos individuais com responsabilidades interpessoais e coletivas.

Observa-se que, historicamente, grandes filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Hobbes, Hume, Hegel, Kant, Bérgrson, Heidegger, Habermas, cada um a seu modo, buscaram o estabelecimento de códigos de ética válidos universalmente. Com o crescimento vertiginoso do mundo contemporâneo, com a profusão das conquistas tecnológicas atuais, torna-se imprescindível o estudo da Ética com o objetivo de orientar o comportamento humano, adequando-o às exigências do ambiente peculiar vivenciado por todas as pessoas presentemente.

DISCUSSÃO

É importante que se perceba claramente o que vem a ser uma conduta ética positiva. No seu livro "Uma Ética para o Novo Milênio", Sua Santidade Dalai Lama (2006) admite que não é só muito difícil generalizar com sucesso, como ser absolutamente preciso a respeito de ética e de moralidade. Acrescenta ainda, que raramente, talvez jamais, uma situação consiste apenas em extremos. Um mesmo ato pode ter diferentes nuances e diferentes graus de valor moral sob diferentes circunstâncias. Ao mesmo tempo, é essencial que cheguemos a um consenso sobre o que constitui conduta positiva e o que constitui conduta negativa, o que é certo e o que é errado, o que é apropriado e o que não é. Sob a influência dessas interrogações, fica perceptível a necessidade de que o ensino da Ética se socialize de forma mais abrangente e precoce. Na vivência dentro do Sistema Confea/Crea no conhecimento de casos de denúncia de indícios de infrações éticas, deparamo-nos com profissionais da Engenharia confessando total desconhecimento do Código de Ética Profissional.

No atual ambiente social que atravessamos, onde a procura e disputa de maiores espaços entre as pessoas se tornou um processo natural de sobrevivência, não basta que deixemos para incutir os princípios da boa conduta ética nos indivíduos, através apenas da criação de códigos e simbólica distribuição quando da habilitação acadêmica em nível superior dessas pessoas. Pois é isto que tem acontecido, e os resultados são insatisfatórios, conforme demonstra a quantidade de denúncias que são anualmente ingressadas nos Conselhos Regionais.

Em 1957, através da Resolução n. 114, o Conselho Federal aprovou o primeiro Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agrimensura. Por determinação expressa da Lei 5.194/66, o Plenário do Conselho Federal adotou por meio da Resolução 205/71, o Código de Ética Profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, proposto pelas Entidades de Classe. Em novembro de 2002 é aprovado por unanimidade, e por aclamação, o texto do Novo Código de Ética, agora denominado de Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, abrangendo todas as categorias ou grupos profissionais integrados ao Sistema Confea/Crea, bem como suas modalidades e especialidades, em todos os níveis de formação.

Mas, apesar de toda a evolução da legislação específica dentro do Sistema Confea/Crea, além da adoção do Código de Ética, os efeitos estão distanciados da lógica considerada na Resolução nº 1002 de 26 de novembro de 2002, ao afirmar que um "código de ética profissional deve ser resultante de um pacto profissional, de um acordo crítico coletivo em torno das condições de convivência e relacionamento que se desenvolvem entre as categorias integrantes de um mesmo sistema profissional, visando uma conduta profissional cidadã"

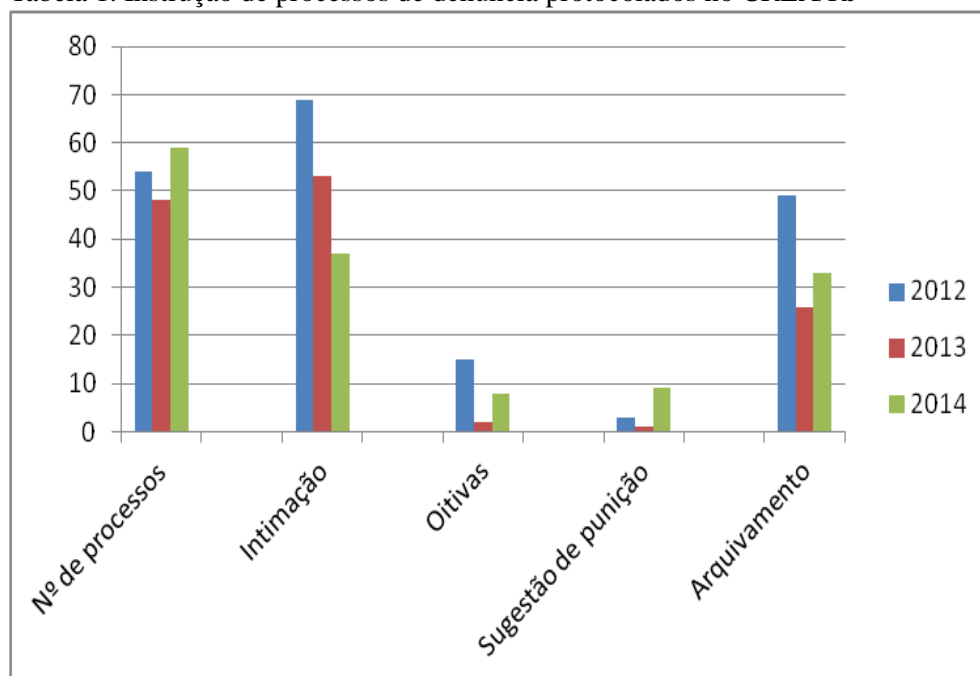
Embora não se encontre no Sistema Confea/Crea um quadro estatístico contendo dados sobre as penalidades impostas a profissionais da Engenharia e muito menos quanto ao teor da infração ética cometida, a verdade é que as denúncias se multiplicam nos Conselhos Regionais. A inexistência de

registro de penalidade, apesar das constantes provas materiais de indícios de condutas antiéticas, indica ou excesso de corporativismo, ou a necessidade de mudanças nos critérios de julgamentos e decisões das Câmaras Especializadas.

Evidenciando a incongruência expressa no parágrafo anterior, na edição do periódico Meio Ambiente de 05 de junho de 2015, foi publicada a seguinte nota: "Fiscais do Ibama multam 15 engenheiros por emitirem laudos falsos com intuito de acobertar o desmatamento ilegal em diversas regiões de Mato Grosso. A denúncia foi encaminhada ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), na última segunda (1º de junho), onde foram entregues cópias dos processos dos profissionais em questão. Os nomes não foram divulgados".

Na Tabela abaixo podemos observar que apesar da média de processos ingressados no Conselho por ano, há um baixo número de depoimentos tomados, propositura de penalidade quase inexistente, mas, em contrapartida, expressiva quantidade de denúncias arquivadas por prescrição temporal.

Tabela 1. Instrução de processos de denúncia protocolados no CREA/RJ



CONCLUSÃO

Não é difícil perceber que o profissional da Engenharia tem sobre seus ombros, importantes dilemas éticos a resolver nas suas ações, tais como:

- atender aos interesses da organização;
- pensar na segurança da sociedade;
- proteger os seus próprios interesses.

Outra questão que exerce influência significativa no desenvolvimento da análise dos processos éticos é a forma como no Sistema Confea/Crea esses processos são tratados desde o momento de formulação da denúncia, da admissibilidade pela Câmara Especializada da modalidade do profissional, da instrução do processo pela Comissão de Ética e a decisão pela Câmara que deverá ser comunicada ao profissional. Em todos esses passos há a necessidade de permanente atenção aos prazos constantes da legislação e da garantia dos aspectos do contraditório e do amplo direito de defesa. Ultimamente, muito se tem comentado sobre a necessidade de transformar a estrutura atual, orientada por uma vasta legislação dentro do sistema, em uma espécie de Tribunal Ético com o objetivo de oferecer maior

dinamismo nas ações de instrução dos processos éticos. O fato concreto é que a figura do Tribunal por si só já está configurada no modelo estabelecido pela Lei Federal 5194/66. Entretanto, ainda há carências no modelo e é pertinente que sejam considerados outros mecanismos que funcionem como elementos facilitadores em todas as fases das análises dos processos éticos, de acordo com as sugestões a seguir:

- 1) Sensibilização do universo da sociedade;
- 2) Mobilização das lideranças (profissionais, meio acadêmico, entidades de classe, associações de classe, etc);
- 3) Capacitação dos operadores (Conselheiros Federais, Conselheiros Regionais, funcionários dos Conselhos);
- 4) Critérios para introdução de melhorias no tratamento dos processos éticos;
- 5) Controle da qualidade dos julgamentos;
- 6) Cumprimento dos prazos;
- 7) Socialização da legislação que regula a matéria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, R. S. Ética na Política. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Senado Federal, Brasília/DF, 2002.**
- CONFEA. Resolução nº 1004- Regulamento para a condução do processo ético disciplinar. Brasília/DF, Junho de 2003.**
- ÉNRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. RAE, São Paulo/SP, 1997. Disponível em <http://scielo.br/pdf/rae>. Acesso em: maio de 2015.**
- FARIA, C. P. Andrade. Comentários à Lei 5.194/66 – Regula o exercício das profissões de engenheiro e engenheiro agrônomo. Editora Insular, Florianópolis/SC, 2012.**
- LAMA, D. Uma ética para o novo milênio. Sextante, Rio de Janeiro-RJ, 2006.**
- MORAES, M. C. Novos desafios éticos em um mundo complexo, plural e digital. UNICAMP, 2013. Disponível em <http://www.nied.unicamp.br/ojs/index.php/tsc/article>. Acesso em maio de 2015.**
- MONTEIRO, E. O Sorriso da Razão: uma quase elegia à verdade. Letra Capital Editora, Rio de Janeiro-RJ, 2004.**
- PORTNOI, M. Ética e Ética na Engenharia. UNIFACS, 1999. Disponível em <http://www.eecis.udel.edu/~portnoi/academic>. Acesso em: junho de 2015.**
- PUSCH, J. Ética e cultura profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo – coletânea de artigos. CREA/PR, Curitiba/PR, 2010**
- TIBURI, M. O desafio da ética na sociedade do conhecimento. 1º Encontro do CAU/SC em 08 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.revistacult.uol.com.br>. Acesso em junho de 2015.**